



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

Talita Ferramola Pinheiro

**Expansão do Crédito do BNDES para Micro e Pequenas
Empresas durante o Governo Lula**

CAMPINAS

2015

Talita Ferramola Pinheiro

**Expansão do Crédito do BNDES para Micro e Pequenas
Empresas durante o Governo Lula**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Denis Maracci Gimenez.

CAMPINAS

2015

Dedico este trabalho a minha família, meus amigos e todos a meus professores e mestres que me fizeram enxergar mais longe.

Campinas

2015

PINHEIRO, Talita F. Expansão do crédito para micro e pequenas empresas durante o governo Lula. 2015. 55 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo analisar como se deu a expansão do crédito do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas durante o Governo Lula. A análise se dá por meio dos Relatórios Anuais do BNDES no período de 2003 a 2010, buscando-se razões que tornaram o acesso ao crédito mais fácil pelo micro e pequeno empreendedor. Entre os principais fatores analisados estão: a criação do Cartão BNDES, a evolução da Taxa de Juros de Longo Prazo e o aprimoramento do Fundo de Garantia.

Palavras-Chaves: Micro e Pequenas Empresas, BNDES, crédito, governo Lula.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze how was the expansion of the BNDES credit to micro and small enterprises during the Lula government. The analysis is done through the BNDES Annual Reports from 2003 to 2010, seeking reasons that made access to easier credit for micro and small entrepreneurs. Among the main factors analyzed are: the creation of the BNDES Card, the evolution of long-term interest rate and the improvement of the Guarantee Fund.

Key Words: Micro and Small Enterprises, BNDES, credit, Lula government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Desembolsos concedidos pelo BNDES de 2000 a 2011

Figura 2 – Distribuição percentual dos empréstimos do BNDES de acordo com o porte da empresa (2002-2011)

Figura 3 – Evolução do desembolso do BNDES para microempresas

Figura 4 – Evolução do desembolso do BNDES para pequenas empresas

Figura 5 – Cobertura do Cartão BNDES – comparação entre 2008 e 2011

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Concentração das micro e pequenas empresas por região brasileira

Gráfico 2 - Desembolso do produto BNDES Finame para as Micro e Pequenas empresas de 2003 a 2010

Tabela 1 – Porcentagem da quantidade de micro e pequenas empresas, por atividade econômica, em relação ao total de empresas brasileiras

Tabela 2 – Crescimento do PIB real na década de 1990

Tabela 3 – Evolução do desembolso para micro e pequenas empresas de 2003 a 2010.

Tabela 4 – Evolução do número de operações realizadas pelo BNDES para micro e pequenas empresas de 2003 a 2010

Tabela 5 – Evolução da taxa de juros de longo prazo de 2003 a 2010

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CMBEU - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

FGI – Fundo Garantidor de Investimentos

FGPC – Fundo de Garantia Promoção da Competitividade

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPE's – Micro e Pequenas Empresas

MPME's – Micro Pequenas e Médias Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

Progeren – Programa do BNDEs de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

Sumário

Introdução.....	9
1. Capítulo 1 – As micro e pequenas empresas no Brasil	
1.1. Definição de Empresa e de Micro e Pequena Empresa.....	11
1.2. Características das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras.....	12
1.3. As dificuldades das Micro e Pequenas Empresas brasileiras.....	17
2. Capítulo 2 – A importância do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas	
2.1. Sobre o BNDES.....	23
2.2. O BNDES e as Micro e Pequenas Empresas.....	29
3. Capítulo 3 – Atuação do BNDES para o desenvolvimento das MPE durante o governo Lula	
3.1. Cartão BNDES.....	38
3.2. Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).....	42
3.3. Fundo de Garantia.....	44
Conclusão.....	51
Referências bibliográficas.....	55

Introdução

As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) são agentes do crescimento econômico nacional por possuírem grande capacidade de gerar emprego e renda com baixo investimento, promovendo o crescimento local, e contribuindo para a inserção social e melhor distribuição de renda, além de serem também agentes essenciais da cadeia produtiva das médias e grandes empresas. (Bazzan, 2007)

No Brasil, a maioria das micro e pequenas empresas são do tipo “trabalho-intensivas”, empregando mão-de-obra com baixa especialização; atuam nas áreas em que a maioria das médias e grandes empresas não operam, ou seja, desenvolvem as suas atividades em áreas nas quais a oferta de mão-de-obra é maior em razão da baixa qualificação. (MORELLI, 1994)

Em 2011, segundo o Sebrae, as MPEs representavam 27% do Produto Interno Bruto brasileiro. E segundo o Portal do Brasil (2012), ¹essas empresas eram responsáveis por 60% dos 94 milhões de empregos no país, o que constituía 99% dos 6 milhões de estabelecimentos formais existentes no país.

Contudo, apesar da reconhecida importância econômica e social das MPEs, este segmento sempre enfrentou grandes dificuldades representadas pelos obstáculos existentes para o acesso ao crédito.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), enquanto banco de desenvolvimento, representa a principal instituição para o financiamento e investimentos no Brasil. Durante o II PND, os desembolsos concedidos pelo banco eram predominantemente voltados para as grandes empresas. Mas essa característica vem se alterando, principalmente a partir dos anos 2000, momento em que o banco passa a aumentar as suas operações com as micro, pequenas e médias empresas. (COUTO & TRINTIM, 2012).

Desde 2003, com a posse de Luís Inácio Lula da Silva na presidência da república, BNDES buscou ampliar progressivamente seu campo de atuação, dando uma importância maior ao desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas. Um exemplo disso foi a criação do Cartão BNDES criado em 2003, com crédito automático pré-aprovado para financiar investimento produtivos, com taxa de juros 1% ao mês, direcionado para Micro e Pequenas Empresas. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Diante da importância das Micro e Pequenas Empresas para o Brasil enquanto geradoras de emprego e renda, e da importância do BNDES, enquanto maior credor das

¹ Acesso em www.brasil.gov.br

mesmas, busca-se analisar neste trabalho a expansão do crédito do BNDES para as MPES durante o Governo Lula, que se deu através de uma maior democratização de acesso ao crédito provinda da criação do Cartão BNDES, da queda da Taxa de Juros de Longo Prazo e do aprimoramento do Fundo de Garantia.

Capítulo 1 – As micro e pequenas empresas no Brasil

1.1. Definição de Empresa e Micro e Pequenas Empresas

Antes de definir o que são Micro e Pequenas Empresas, é importante definir o que é uma empresa.

De acordo com Franco (1991), “empresa é toda entidade constituída sob qualquer forma jurídica para exploração de uma atividade econômica, seja mercantil, industrial, agrícola ou de prestação de serviços”.

Pelo Artigo 6 da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, “Considera-se empresa, toda organização de natureza civil ou mercantil destinadas à exploração por pessoa física ou jurídica de qualquer atividade com fins lucrativos.” (Marolli, 2011)

Segundo Marolli (2011), pode-se entender que a empresa seja ela, micro ou pequena, é uma organização de atividade econômica, cujo objetivo em comum é utilizar os recursos materiais, financeiros e humanos e transformá-los em produto ou serviço em função de seu consumidor/cliente.

Rattner (1985) afirma que as micro e pequenas empresas não representam ou produzem as características de uma grande e essa, tampouco, é a somatória de muitas pequenas unidades, ou seja, deve-se admitir que a passagem de uma dimensão para outra implique mudanças qualitativas na estrutura da empresa.

Quanto à classificação por porte, não há no mundo um conceito unânime para se definir Micro e Pequenas Empresas. Até mesmo dentro de vários países, não há uma unanimidade, como é o caso do Brasil, em que são utilizados três critérios diferentes.

O primeiro critério encontra-se na legislação, Lei Complementar 123/2006, também conhecido como o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que utiliza a classificação de tamanho da empresa pelo faturamento anual da empresa. Nesse critério para ser Microempresa deve possuir um faturamento anual até R\$240.000,00 e para ser Empresa de Pequeno Porte um faturamento anual no intervalo entre R\$240.000,00 até R\$2.400.000,00.

O segundo critério, encontra-se no método utilizado tradicionalmente pelo SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, que utiliza a classificação de tamanho da empresa pelo número de empregos gerados pela empresa e da atividade desenvolvida. Nesse critério para ser Microempresa na Indústria e Construção Civil até 19 empregados e no Comércio e Serviços até 09 empregados. Para ser Empresa de Pequeno Porte na Indústria e Construção Civil de 20 à 29 empregados e no Comércio e Serviços de 10 a 49 empregados. (SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2012).

Contudo, segundo Lorga e Opuszka (2013), esse critério é muito criticado pela sua subjetividade e pelo seu alto grau de indefinição, pois alguns segmentos podem atingir faturamentos altíssimos com poucos colaboradores, bem como o inverso pode ocorrer.

Finalmente, o terceiro critério é utilizado pelo principal fomentador financeiro para Micro e Pequenas Empresas nos últimos anos, o BNDES, que utiliza uma classificação diferente em números de faturamento anual muito superior aos estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006. Segundo esse critério, para ser Microempresa deve possuir um faturamento anual até R\$2.400.000,00 e para ser Empresa de Pequeno Porte um faturamento anual no intervalo entre R\$2.400.000,00 até R\$16.000.000,00. (BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Essa falta de uniformização pode trazer distorções quando comparados os números estatísticos de fontes diferentes, ensejando cautela ao pesquisador quando na consolidação de resultados, pois distintamente pode-se classificar os critérios como legal ou tributário, estabelecido pela LC 123/2006, como de empresarial estabelecido pelo SEBRAE e como financeiro estabelecido pelo BNDES. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Neste trabalho, para a análise de dados, será utilizado o critério de micro e pequenas empresas definido pelo BNDES.

1.2. Características das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras

Em geral, os pequenos estabelecimentos estão muito mais associados ao pequeno capital, às empresas de menor poder de mercado, atuando em setores mais competitivos em preços e utilizando trabalho com menor qualificação e remuneração, com padrões tecnológicos e de gestão inferiores, que resultam em níveis de produtividade também menores. Entretanto,

parcela dos pequenos negócios, que provavelmente é muito mais significativa nos países mais desenvolvidos, tem sua dinâmica e trajetória dependentes das grandes empresas, em relações de subordinação maior ou menor e graus diferenciados de estruturação organizacional, tecnológica e de utilização do trabalho. Em muitos casos, estes padrões podem ser mais elevados em função das exigências das grandes empresas. (SANTOS, 2006)

Portanto, não se pode afirmar que uma tendência de elevação da participação de menores estabelecimentos ou empresas na estrutura produtiva e ocupacional seja, necessariamente, motivo ou expressão de uma tendência de elevação de unidades menos eficientes, com menor produtividade e padrão mais rebaixado de utilização da força de trabalho. (SANTOS, 2006)

Nos países desenvolvidos é muito comum o tratamento conjunto do segmento de médias, pequenas e micro empresas (MPME), onde o segmento de pequenos negócios apresenta, em geral, um grau muito mais elevado de estruturação, de pequenas empresas mais capitalizadas, exportadoras e com um grau mais elevado de assalariamento. Em países como o Brasil, por sua vez, o segmento de pequenos negócios apresenta uma enorme parcela de empresas sem um mínimo de estruturação, com reduzido capital, voltadas em sua maioria para o mercado interno, com reduzida produtividade e eficiência, com baixa participação do trabalho assalariado e maior participação relativa do trabalho do empresário e familiar. (SANTOS, 2006)

Neste sentido, Lorga e Opuszka (2013) seguem na linha parecida de Santos (2006). Dizem os autores:

Uma das características marcantes da Micro e Pequena Empresa é a sua atuação em segmentos que contém baixa tecnologia e a presença de trabalhadores com baixa qualificação profissional. Grande parte dessas empresas se limita a atuação no mercado local ou regional que tem pouca exigência na qualidade dos serviços e dos produtos. (LORGA E OPUSZKA, 2013, p. 6-7)

No entanto, Lorga e Opuszka (2013) são menos pessimistas, e não depreciam a importante atuação e contribuição das Micro e Pequenas Empresas na economia brasileira, pelo contrário:

Em muitas atividades consideradas necessárias de conhecimento técnico e científico, como marketing e publicidade, veterinária, arquitetura, desenvolvimento de softwares e informática têm demonstrado grande dinamismo e atuação. São serviços que a carga de conhecimento técnico e científico tem uma forte presença pessoal e qualificada. Nesse sentido, apresenta-se um mercado de excelentes oportunidades de negócios aos empreendedores recém-formados de Universidades que estão preparados para

desabrochar seus conhecimentos que oferecem nas novas tecnologias. (LORGA e OPUSZKA, 2013, p.7)

De ponto de vista de Morelli (1994), no Brasil, a maioria das micro e pequenas empresas são do tipo “trabalho-intensivas”, empregando mão-de-obra com baixa especialização; atuam nas áreas em que a maioria das médias e grandes empresas não operam, ou seja, desenvolvem as suas atividades em áreas nas quais a oferta de mão-de-obra é maior em razão da baixa qualificação. São responsáveis pela absorção da maior parte da mão-de-obra que chega anualmente ao mercado de trabalho, evitando, assim, a formação de um grande exército de reserva, que pressionaria para baixo os salários dos trabalhadores, gerando, inclusive, instabilidade política, econômica e social. Como exemplo, dos milhares de jovens que chegam anualmente ao mercado de trabalho, apenas uma pequena parte possui curso técnico ou superior; assim, a maior parte desses trabalhadores vai para as médias e grandes empresas; quanto aos remanescentes, ou tornam-se proprietários de um pequeno negócio ou vão trabalhar numa pequena empresa, que na maioria dos casos é familiar. (VIAPIANA, 2001)

Além disso, Morelli (1994) argumenta que as micro e pequenas empresas brasileiras também permitem a formação de uma classe empresarial nacional, através da absorção de uma tecnologia gerencial produzida em seu próprio ambiente; viabilizam e facilitam a promoção de interiorização, fortalecendo, simultaneamente, as economias municipais, pois utilizam matéria-prima e mão-de-obra local. Assim, evitam as imigrações para os grandes centros e proporcionam, ao mesmo tempo, uma melhor distribuição de renda e do desenvolvimento entre as regiões e os estados. (VIAPIANA, 2001)

Sobre este assunto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenvolveu, em 2003, um estudo sobre as principais características de gestão das Micro e Pequenas Empresas brasileiras. Entre os principais destaques estão:

- i. Baixo volume de capital empregado;
- ii. Altas taxas de natalidade e mortalidade;
- iii. Presença significativa de proprietários, sócios e funcionários com laços familiares;
- iv. Grande centralização do poder decisório;
- v. Não distinção da pessoa física do proprietário com a pessoa jurídica, inclusive em balanços contábeis;

- vi. Registros contábeis pouco adequados;
- vii. Contratação direta de mão-de-obra;
- viii. Baixo nível de terceirização;
- ix. Baixo emprego de tecnologias sofisticadas;
- x. Baixo investimento em inovação tecnológica;
- xi. Dificuldade de acesso a financiamento de capital de giro;
- xii. Dificuldade de definição dos custos fixos;
- xiii. Alto índice de sonegação fiscal;
- xiv. Utilização intensa de mão-de-obra pouco qualificada ou sem qualificação

Sendo empresas que utilizam altas tecnologias ou sendo “trabalho-intensivas”, as Micro e Pequenas Empresas vêm adquirindo, ao longo dos últimos 30 anos, uma importância crescente no país. Em 1985, o IBGE calculou em 21% a participação dos pequenos negócios no PIB, percentual que cresceu para 27% no ano de 2011, ou seja, mais de um quarto do PIB brasileiro é gerado pelos pequenos negócios. (SEBRAE, 2014).

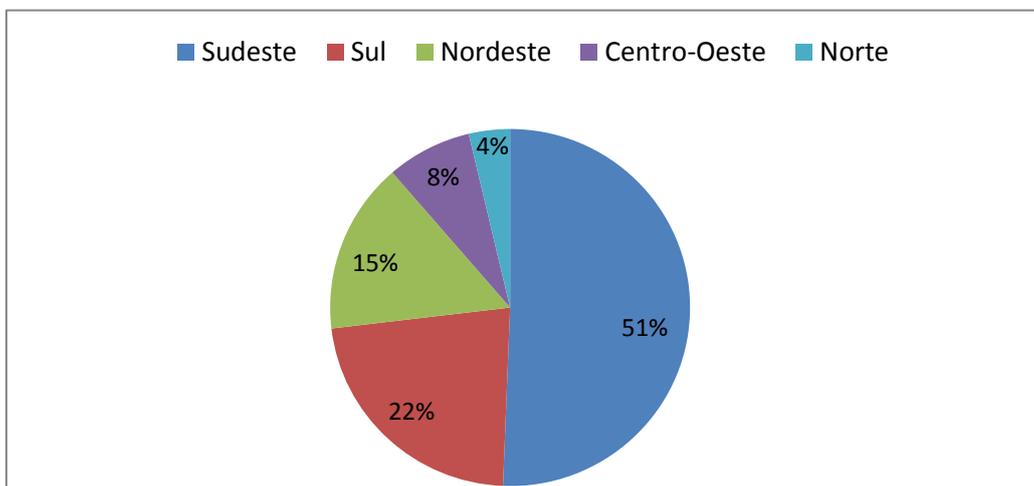
Além disso, segundo o SEBRAE (2014a), são mais de 9 milhões de micro e pequenas empresas no país, o que representa mais da metade dos empregos formais.

Portanto, no Brasil, as Micro e Pequenas Empresas correspondem à imensa maioria das firmas e são responsáveis pela maior parte dos novos postos de trabalho e, assim, atuam como um “colchão amortecedor do desemprego” (IBGE, 2003), comportamento que foi evidenciado durante a crise internacional de 2008-2009. Durante esse período, as Micro e Pequenas Empresas registraram criação líquida de vagas formais, enquanto as firmas médias e grandes tiveram resultado negativo. (Peçanha et. al, 2011)

Sabe-se também que as Micro e Pequenas Empresas não estão distribuídas de forma homogênea por todas as regiões brasileiras. Com base no relatório de 2014 do SEBRAE – “Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa”, é possível afirmar que 50,62% das Micro e Pequenas Empresas no ano de 2013 estavam concentradas na região Sudeste, 22,49%

na região Sul, 15,52% na região Nordeste, 7,65% no Centro-Oeste e somente 3,7% na região Norte.

Gráfico 1 – Concentração das Micro e Pequenas Empresas por região brasileira



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Sebrae, 2014

Além disso, através de dados retirados do SEBRAE, é possível perceber que as micro e pequenas empresas são predominantes em todos os setores, conforme visto na Tabela 1.

Contudo, apesar de representarem a maioria das empresas brasileiras, quase 75% do PIB brasileiro é gerado pelas médias e grandes empresas.

Tabela 1 - Porcentagem da quantidade de Micro e Pequenas Empresas, por atividade econômica, em relação ao total de empresas brasileiras

Atividade Econômica	% de Micro e Pequenas Empresas em relação ao total de empresas no Brasil
Indústria	98,20%
Construção	98,70%
Comércio	99,70%
Serviços	99,00%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Sebrae

1.3. As dificuldades das Micro e Pequenas Empresas brasileiras

Uma das grandes preocupações demonstradas nas políticas públicas na atualidade está caracterizada pela alta informalidade no Brasil. De acordo com um estudo do SEBRAE em 2005, há aproximadamente 20 milhões de Micro e Pequenas Empresas Informais no Brasil, envolvendo cerca de 60 milhões de pessoas. Um outro estudo revela ainda, que a taxa de mortalidade das empresas deste porte são altíssimas – no ano de 2002, somente 50,6% das Micro e Pequenas Empresas sobreviveram ao primeiro ano de sua existência. (SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2012).

O que se vê, portanto, é que apesar de sua importância para o crescimento econômico, as Micro e Pequenas Empresas encontram grandes dificuldades para sobreviver no Brasil. Uma dessas dificuldades, de acordo com Peçanha et. al. (2011) são as restrições na oferta de crédito, como reflexo de problemas de assimetria de informações [Stiglitz e Weiss (1981)], já que os agentes financeiros não conseguem determinar os riscos de forma tão clara, pois, empresas deste porte têm relativamente menos garantias reais para assegurar o empréstimo e têm maior risco de default do que as empresas médias e grandes.

Além deste problema de assimetria de informação, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Sebrae (2009), as altas taxas de juros são o principal obstáculo apontado pelos empresários que desejam tomar empréstimos bancários, mas não o fazem, devido à alta burocracia que é exigida para a concessão de créditos. (PEÇANHA, et al, 2011)

Neste sentido, a dificuldade de acesso ao crédito pode contribuir para a alta taxa de mortalidade observada nesse grupo de empresas. Conforme mostrado por Tasic (2005), o prazo médio de vendas a prazo é parecido com o prazo médio dos gastos das empresas, dos quais o primeiro é ligeiramente inferior na maioria dos casos. Essa diferença permite que as empresas usem as receitas próprias como alternativa de financiamento dos investimentos e de gastos correntes. Assim, caso haja um descuido ou imprevisto – como aumento na inadimplência dos clientes – na administração do fluxo de caixa das empresas que usam essa alternativa de financiamento, sua sobrevivência pode ficar ameaçada. Essas firmas podem não conseguir mais financiar suas operações, podem se tornar inadimplentes ou ter de recorrer a empréstimos de curto prazo, geralmente mais caros. (PEÇANHA, et al, 2011)

Dessa forma, fica clara a importância da concessão de crédito focado em capital de giro e pagamento de fornecedores, que dê a margem de segurança na condução dos negócios e

reduza o risco de a firma se tornar deficitária. O crédito às MPEs, nesse sentido, pode ser entendido como um seguro contra choques adversos na renda dos empresários [Coutinho et al. (2009)]. (PEÇANHA, et al, 2011)

Além de o crédito ter um custo elevado para o micro e pequeno empreendedor, sabe-se também que a questão da falta de garantia para a tomada de crédito é um grande problema. No Brasil, muitos itens são exigidos pelos bancos comerciais para a liberação de um financiamento. Itens esses que, diante da realidade brasileira, muitas micro e pequenas empresas não têm como garantir.

De acordo com Torres Filho e Puga (2006) “em todas as economias, as empresas de menor porte tendem a ter dificuldades em se expandir e até mesmo se manter em atividade”.

Neste sentido, o mesmo trabalho aborda que os principais entraves detectados com relação as empresas de micro e pequeno porte são: menor poder de barganha, baixo dispêndio em propaganda e marcas menos consolidadas; além de maiores dificuldades de acesso ao crédito. Contudo, quando superadas algumas dessas restrições, o potencial de crescimento dessas empresas tende a ser maior, com conseqüente aumento no emprego e na renda dos trabalhadores.

Com base nos estudos de Lorga e Opuszka (2013), grande parte das Micro e Pequenas Empresas têm sérias dificuldades de entrar no mercado formal, quanto mais, se manter no mercado e expandir suas atividades. Argumentam os autores de que isso é fruto ainda de uma deficiência nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do segmento das Micros e Pequenas Empresas.

Neste sentido, sabe-se que a implementação de políticas para desenvolver a Atividade de Fomento às Micro e Pequenas Empresas no Brasil é uma experiência recente, já que durante o século XX, a industrialização esteve fortemente baseada no Fomento do Estado ao desenvolvimento da estrutura produtiva das grandes empresas, de forma que as iniciativas de fomento ao universo das empresas de menor porte constituíam um tema de menor agenda no Governo Brasileiro. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Sobre esse assunto, Viapiana (2001) coloca que em 1960, há uma tentativa do governo em voltar-se para o segmento das Micro e Pequenas Empresas, considerando sua grande capacidade de geração de emprego e distribuição de renda, elemento fundamental para o

processo de desenvolvimento da nação. Com isso, o governo federal criou o Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa Industrial, com o objetivo de melhorar a produtividade e fortalecer a estrutura econômica e financeira das empresas. Ainda naquele ano, vários programas governamentais foram implantados para desenvolver o segmento das média e pequenas empresas. Dentre esses, pode-se citar o Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, antigo BNDE e hoje BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

De acordo com Lorga e Opuszka (2013), pode-se destacar dois importantes marcos institucionais e legais que provocaram o início de um processo de construção à atividade de fomento das Micro e Pequenas Empresas na segunda metade do século XX. O primeiro foi a criação na década de setenta, de um Centro de Negócios para as Micro e Pequenas Empresas que resultou depois no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas –SEBRAE. O segundo foi a criação na década de noventa da primeira legislação específica para o setor a Lei 9.317/1996 – Lei das Micro e Pequenas Empresas e a Lei 9.841/1999 - Estatuto das Micro e Pequenas Empresas.

Entretanto, mesmo com algum avanço, o reconhecimento dos mecanismos de políticas e instrumentos voltados para as MPE ocorreu de forma muito lenta causados por um período marcado por uma forte orientação de políticas macroeconômicas, em detrimento de políticas industriais e tecnológicas, que dificultou a implementação de políticas de fomento das Micro e Pequenas Empresas. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

As ausências dessas políticas são resultado de uma grande dificuldade para incluir questões de fomento destinado a essa classe empresarial de menor porte na planificação do Governo e também no âmbito de prioridades governamentais. Isso ocorria a tal ponto que as Micro e Pequenas Empresas não eram um tema relevante da agenda governamental e as políticas de apoio ocorriam fora do governo federal, com as atividades do SEBRAE e das administrações estaduais e municipais. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Portanto, neste cenário, os micro e pequenos empresários tinham enormes dificuldades para financiar seus negócios e muitos optavam por fechar seus estabelecimentos e trabalhar na informalidade. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Para piorar a situação, surge uma nova realidade econômica no plano internacional na década de 1990, na qual o capital passa a não ter fronteiras, e o contínuo surgimento de novos modelos de organização, baseados no conhecimento e da informação, passam a impor novos padrões competitivos à economia mundial. Tais fatos, associados à recente abertura de mercado promovida pelo governo brasileiro, com a crescente entrada de produtos importados, além de despertarem o setor empresarial para esse cenário, lançaram um enorme desafio em termos estratégicos para a sobrevivência da micro e pequena empresa. (VIAPIANA, 2008)

Esse período, da década de 1990, caracteriza-se por uma relativa ausência de consenso na formulação de políticas públicas com vistas à prioridade do fomento que deveria ser dada para estas questões. O governo federal, sobretudo, priorizava as políticas de estabilização monetária, desestatização, a privatização, a desregulamentação da economia, seguindo os preceitos neoliberais dos anos noventa. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Como resultado dessas políticas, a década de 1990 foi a pior década de crescimento econômico da história do Brasil, como é possível ver na Tabela 2.

Tabela 2 – Crescimento do PIB real na década de 1990
(mudanças na porcentagem com base no ano anterior)

Ano	% de crescimento do PIB
1990	-4,35
1991	1,00
1992	0,5
1993	4,9
1994	5,9
1995	4,2
1996	2,7
1997	3,3
1998	0,1
1999	0,8

Fonte: IBGE

Ainda nesta década, os bancos públicos e as agências de desenvolvimento possuíam diversas linhas de crédito para o financiamento da produção, capital de trabalho, equipamentos, exportações e desenvolvimento de capacidades tecnológicas, porém sem distinção de porte, no qual, também podiam ser utilizadas pelas Micro e Pequenas Empresas.

A grande dificuldade, contudo, mais uma vez, era o acesso a esses financiamentos que normalmente ofereciam muitos obstáculos burocráticos exigindo uma organização acima da capacidade dessas empresas, o que contribuiu ao relativo fracasso dos programas de financiamento para esse segmento. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Ao final dos anos 1990, como não poderia ser diferente, as reformas geraram impactos negativos sobre diversos segmentos econômicos e em especial nas Micro e Pequenas Empresas. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

O BNDES, na década de 1990, implantou novas linhas de crédito e aumentou os recursos para atender a demanda das Micro e Pequenas empresas, na tentativa de uma melhora, mas os resultados continuaram aquém do desejado devido, principalmente, ao modelo de operações dos créditos que continuavam carregados de problemas antigos, como o desinteresse dos agentes financeiros credenciados em trabalhar com empresas de micro e pequeno porte, por possuírem uma baixa taxa de retorno comparada ao risco de inadimplência. (BNDES, 2004)

Dessa forma, mesmo o Banco de Desenvolvimento enfrentava muitas dificuldades de para adaptar seus processos operacionais para as Micro e Pequenas Empresas, já que, tradicionalmente, ele era orientado a dar atenção às grande empresas.

Portanto, dentre as muitas razões pela insuficiência nas iniciativas implementadas no Brasil na década de noventa, pode-se destacar: (i) as dificuldades na convergência de políticas macro e micro econômicas, (ii) o uso de instrumentos inadequados para a promoção das Micro e Pequenas Empresas, que na sua grande parte eram inspirados em instrumentos e exigências adequadas à empresas de grande porte e (iii) falta de prática da maioria dos agentes financeiros em atender os Micro e Pequenos empresários e as atividades associativas. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Este cenário só começa a mudar a partir do primeiro Governo Lula (2003-2006). Modifica-se e se introduz importantes iniciativas de fomento as Micro e Pequenas Empresas. Observa-se que pela primeira vez, a política de fomento às Micro e Pequenas Empresas passa a ser parte da estratégia mais ampla do Estado brasileiro, buscando ampliar o fomento da competitividade da estrutura produtiva e o desenvolvimento regional do país. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

A Lei Complementar 123/2006 que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e muitas outras iniciativas foram consolidadas e ampliadas ao longo do segundo Governo Lula (2007-2010), período que se apresentou propício para impulsionar o plano de políticas industriais e de inovação com uma perspectiva de desenvolvimento à longo prazo. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Neste sentido, durante a Gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o BNDES teve grande participação na execução das políticas públicas voltadas à Micro e Pequena Empresa. Desde 2003, o banco buscou ampliar progressivamente seu campo de atuação, dando ênfase ao desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas. (LORGA e OPUSZKA, 2013).

Veremos como se deu essa ampliação do crédito do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas, de forma mais detalhada, no Capítulo 3.

CAPÍTULO 2 – A importância do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas

2.1. Sobre o BNDES

Para impulsionar o processo de desenvolvimento econômico, é necessário executar projetos de investimento em setores estratégicos, que aumentam a formação bruta de capital fixo e a capacidade produtiva da economia. Tais projetos possuem um longo tempo de maturação, exigem um grande montante de recursos e requerem custos financeiros relativamente baixos. Sendo assim, é de suma importância a existência de mecanismos de financiamento de longo prazo, que, em geral, são fornecidos por bancos públicos e de desenvolvimento, seja porque o setor privado não tem interesse em suprir tais demandas, seja porque o mercado de capitais de alguns países é pouco desenvolvido e não consegue satisfazer as necessidades de financiamento das empresas. Desse modo, é fundamental a intervenção do Estado para estimular o mercado de crédito de longo prazo. (COUTO e TRINTIM, 2012).

Através do crédito, os agentes econômicos podem obter os recursos necessários para a realização dos seus planos de gastos. As famílias podem aumentar o seu consumo (normalmente restringido pela renda) e as empresas conseguem realizar investimentos produtivos, sem a necessidade de possuir a totalidade do capital. A concessão de crédito é um instrumento eficaz para o crescimento econômico de um país, pois contribui para elevar a demanda efetiva da economia e, conseqüentemente, aumentar o volume da produção e do emprego. (COUTO e TRINTIM, 2012).

Grandes teóricos das Ciências Econômicas destacaram em suas obras a importância do crédito. Para Schumpeter (1997, p.83), o crédito era um dos três elementos fundamentais ao desenvolvimento econômico. Já Keynes (1985), reforçava a necessidade da disponibilidade de crédito para viabilizar os investimentos produtivos, motor do crescimento econômico. (COUTO e TRINTIM, 2012).

Em uma economia moderna, as instituições financeiras têm um importante papel na oferta de crédito. Mas quando se trata do financiamento ao investimento produtivo de longo prazo, são grandes as dificuldades encontradas pelos empresários. Em geral, as instituições financeiras privadas não atuam na concessão desse tipo de crédito devido aos riscos e incertezas, baixos retornos, grande volume de recursos e maiores prazos de financiamento. Além disso, em muitos países, o mercado de capitais é insuficiente para atender o volume da demanda de recursos das empresas. Daí o papel relevante exercido pelos bancos de desenvolvimento, os quais atuam visando atender as demandas não supridas pelo setor financeiro privado. (COUTO e TRINTIM, 2012).

No Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um banco público, criado em 1952, cumpre papel crucial de apoiar projetos de investimentos que contribuem para o crescimento do país, concedendo empréstimos de longo prazo com taxas de juros subsidiadas (ou seja, abaixo das taxas de mercado). O banco é a principal instituição de fomento no país, e está entre os maiores do mundo nesta modalidade. (COUTO e TRINTIM, 2012). Sua missão é “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais”. (BNDES, 2015)

Ao longo dos anos, o BNDES participou de importantes investimentos para a economia do Brasil. O Banco teve um papel essencial na industrialização brasileira, principalmente durante o Plano de Metas e o II PND. Nos anos 1990, sua participação foi decisiva no processo de privatizações do Governo de Fernando Henrique Cardoso. E nos anos 2000, o Banco passou a desempenhar uma função de agente anticíclico, sendo fundamental para minimizar os efeitos negativos da crise financeira internacional a partir do segundo semestre de 2008. Recentemente, tem havido uma maior participação da instituição junto às micro, pequenas e médias empresas. (COUTO e TRINTIM, 2012).

Além de atuarem no processo de desenvolvimento econômico, os bancos públicos podem exercer uma função que tem sido evidenciada recentemente: a de agente anticíclico. Esta função é de grande relevância porque os bancos públicos podem atuar de forma a compensar os desequilíbrios no mercado de crédito, o qual é considerado muito volátil e pró-cíclico, na medida em que os empréstimos aumentam nos períodos de crescimento e se retraem em momentos de desaceleração econômica. No Brasil, o papel anticíclico dos bancos

públicos, em especial do BNDES, foi fundamental quando do agravamento da crise financeira internacional a partir do segundo semestre de 2008. (COUTO e TRINTIM, 2012).

Como um Banco de propriedade integral da União, o BNDES também fornece financiamentos especiais para as micro, pequenas e médias empresas, além de linhas de investimentos sociais voltadas a educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano (BNDES, 2012).

Conforme o seu Estatuto atual, o BNDES é o principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal e tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do país (BNDES, 2010b, p. 15). É, portanto, a principal instituição provedora de crédito de longo prazo do Brasil, atuando em todas as áreas da economia através de uma política que possui três dimensões: social, regional e ambiental. (COUTO e TRINTIM, 2012).

Inicialmente, o banco teve forte participação nos investimentos na área de infraestrutura do Governo Federal, mas à medida que as empresas estatais foram surgindo, o banco passou a atuar mais nos empréstimos para o setor privado, principalmente aqueles voltados para a industrialização do país. O Banco nasceu da convicção de que o Brasil não podia depender somente de recursos externos para desenvolver sua infra-estrutura rodoviária, energética, de portos, para competir no mercado internacional. (COUTO e TRINTIM, 2012).

Sabe-se, segundo os mesmos autores, que o BNDES foi fruto da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que visava a viabilização do financiamento de projetos no país.

Couto e Trintim (2012) apresentam um breve resumo da atuação do BNDES no financiamento da economia brasileira com bases no trabalho de Prates et al (2000) e Hermann (2010). Sobre os anos entre 1950 e 1970, escrevem os autores:

Entre os anos de 1950 e 1970, o banco atuou como o principal financiador da indústria brasileira. Ele teve importância como o mais importante agente financeiro de fomento do país e suas metas eram definidas de acordo com os planos de desenvolvimento. Na década de 1950 seu foco foi no setor de infraestrutura; na década de 1960, foi privilegiada a indústria de base, de bens de consumo, as pequenas e médias empresas e o desenvolvimento tecnológico. Já na década de 1970, o banco atuou nos setores voltados para insumos básicos e bens de capital. (COUTO e TRINTIM, 2012, p.5)

Já sobre a década de 1980, afirmam que o BNDES passou por uma “crise de identidade”:

De um lado, devido às crises fiscal e externa e aceleração inflacionária associadas ao fim do padrão de desenvolvimento da economia brasileira. De outro lado, por conta das ideias neoliberais que começaram a surgir no fim da década, dentre as quais a redução da participação do Estado na economia, através dos processos de privatização, e que tiveram repercussões dentro do banco. Neste período, as políticas de desenvolvimento foram inviabilizadas e a participação do BNDES foi reduzida devido à forte retração da atividade econômica. Ainda assim, sua participação na chamada “década perdida” se deu nos setores de energia, agricultura, integração competitiva e na área social. (COUTO e TRINTIM, 2012, p.5)

Com relação ao anos de 1990, escrevem os autores:

Durante o Governo de Fernando Collor de Mello, a atuação do BNDES foi redefinida em razão da onda neoliberal que se difundia no Brasil, e na aceitação do chamado Consenso de Washington. Como a presença do Estado no desenvolvimento deveria ser substituída pela iniciativa privada, ocorreu o processo de privatização das empresas estatais. Ao Estado caberia o papel de regulador, com o objetivo de estimular a competição e a eficiência dos mercados. Portanto, o BNDES passou a adotar uma nova estratégia de desenvolvimento, sendo responsável pela gestão do Plano Nacional de Desestatização (PND), tornando-se o agente financeiro dos programas de privatização do país, atuando na aquisição e saneamento financeiro das empresas que seriam vendidas à iniciativa privada. Além disso, também estimulou as exportações e o desenvolvimento social e urbano. Já a partir de 1997, os financiamentos do banco alcançam valores inéditos. No entanto, os recursos estavam sendo destinados, principalmente, ao processo de privatização do setor elétrico, e não para investimentos em novas empresas. (COUTO e TRINTIM, 2012, p.5)

Durante os anos 2000, relatam COUTO & TRINTIM:

O BNDES ampliou sua atuação em benefício das exportações. Além disso, a partir de 2004, se iniciou um novo ciclo de crescimento, baseado no aumento da renda, do investimento e da produtividade da economia. Com o Governo Lula, o Estado retomou seu papel como um importante indutor do crescimento econômico e o banco ganhou mais evidência, no sentido de dar continuidade à sua função básica de desenvolvimento. Em 2004, o governo lançou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), com participação direta do BNDES na sua formulação. Destaca-se também sua atuação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O banco promoveu a modernização de setores produtivos, de áreas de infraestrutura, exportação, desenvolvimento social e urbano, micro, pequenas e médias empresas, privatização e mercado de capitais. Por fim, o banco teve importante papel, assim como outros bancos oficiais, na manutenção do nível dos investimentos durante a fase de escassez de liquidez pela qual passou o sistema financeiro privado nacional em decorrência da crise financeira internacional, que teve seu ápice em setembro de 2008. Entre 2004 e 2010, o volume de financiamentos salta de R\$ 40,0 bilhões para R\$ 168,4 bilhões, evidenciando o aumento dos empréstimos do banco nos últimos anos. (COUTO e TRINTIM, 2012, p.7)

No que diz respeito à estrutura de fundos, o BNDES utiliza em grande parte recursos parafiscais e próprios. O banco capta de fontes nacionais, tais como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo do Programa de Integração Social – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-PASEP), Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), patrimônio líquido da instituição, Tesouro Nacional, emissão de debêntures da BNDESpar, fundos públicos de menor porte, como o Fundo da Marinha Mercante e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Sendo que a maior parte dos recursos investidos provém do FAT – o Banco administra os recursos dos trabalhadores e, para cada valor proveniente do Fundo, repassa uma remuneração equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

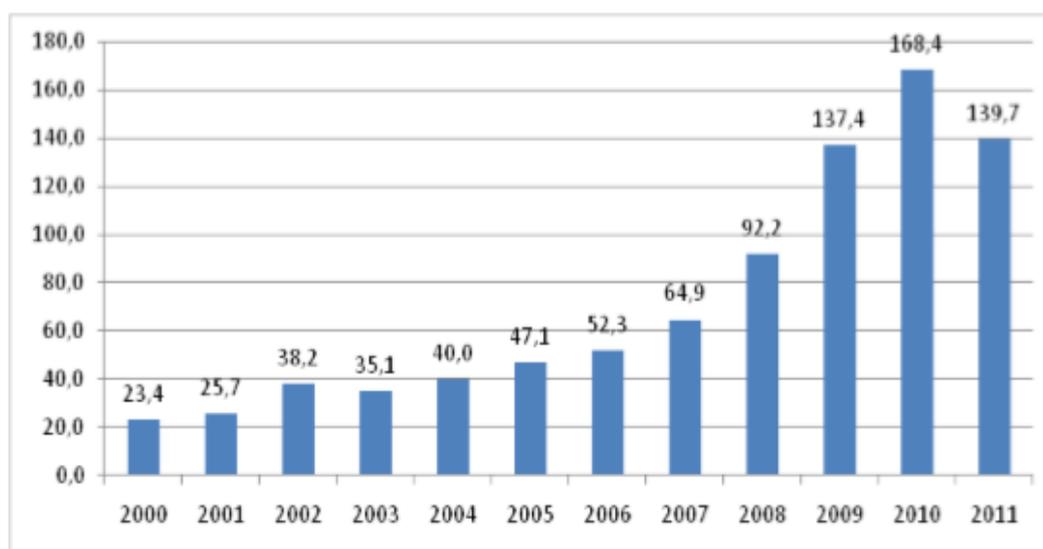
De acordo com o próprio Banco (BNDES, 2009), o BNDES também capta recursos no exterior de agências governamentais e instituições multilaterais, tais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Japan Bank for International Cooperation (JBIC), Banco de Desenvolvimento da China, Banco Alemão de Desenvolvimento, fundos de mercado, bônus, empréstimos e repasses no exterior.

Como um Banco de Desenvolvimento, as fontes de financiamento do BNDES não sofrem com os ciclos de crédito bancário, o que faz com que o fornecimento de fundos se mantenha relativamente estável diante das oscilações da oferta de crédito dos demais bancos. (COUTO e TRINTIM, 2012).

Quanto ao custo dos financiamentos, o BNDES também cobra taxas mais baixas que a dos bancos privados e dos demais bancos públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil). O custo básico dos empréstimos concedidos pelo banco é definido pela taxa de juros de longo prazo (TJLP)², que desde julho de 2009 tem sido fixada em 6% ao ano mais um spread, cujo valor é muito menor que aquele praticado no mercado bancário. (COUTO e TRINTIM, 2012).

Figura 1 – Desembolsos concedidos pelo BNDES – em R\$ milhões (2000 – 2011)

² A TJLP é fixada pelo Conselho Monetário Nacional e tem período de vigiância de um trimestre-calendário.



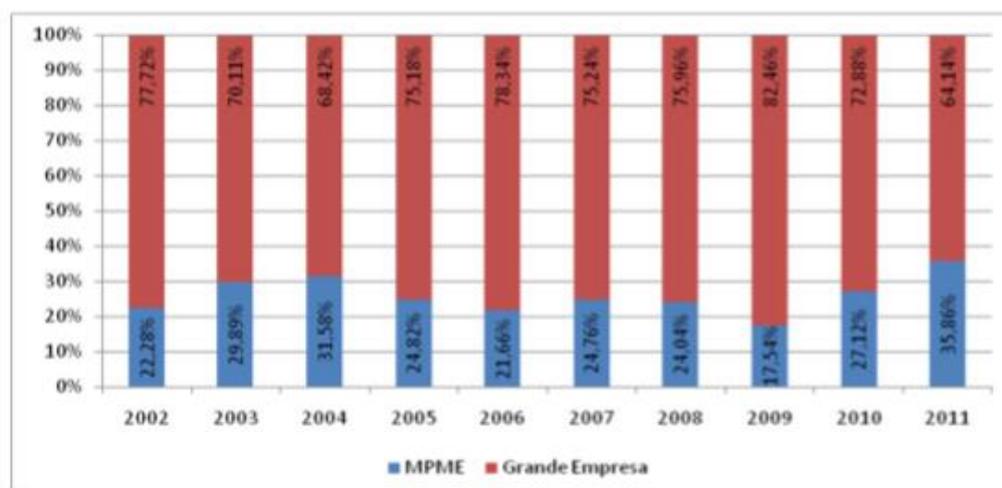
Fonte: BNDES Transparente

Nos anos 2000, diante de eventos que afetaram o mercado de crédito e consequentemente o financiamento da economia brasileira, o BNDES teve oportunidade de agir de modo anticíclico.

A partir de setembro de 2008, com o agravamento da crise financeira internacional (desencadeada pelo mercado subprime dos Estados Unidos) e a consequente redução da liquidez externa, o governo teve que atuar de forma a minimizar os efeitos da restrição do crédito. No que diz respeito ao BNDES, houve ampliação das linhas de financiamento às exportações e ao capital de giro, e o banco foi responsável por cerca de um terço da expansão do crédito no país, contribuindo para a manutenção do nível de emprego e renda no país. (COUTO & TRINTIM, 2012)

Merece destaque uma importante alteração observada no que diz respeito ao porte da empresa que é atendida pelo BNDES. Os desembolsos concedidos pelo banco eram predominantemente voltados para as grandes empresas, sobretudo no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Esta característica dos empréstimos passou a se alterar, principalmente a partir dos anos 2000. Nesta década, o Banco aumentou suas operações com as micro, pequenas e médias empresas (MPME's) e pessoa física. A Figura 2 ilustra a distribuição dos empréstimos concedidos pelo banco por porte de empresa. (BNDES, 2012)

Figura 2 - Distribuição percentual dos empréstimos do BNDES de acordo com o porte da empresa (2002-2011)



Fonte: BNDES

Hoje, os recursos do BNDES financiam projetos da infraestrutura do país (energia elétrica, comunicações, transportes humanos, etc) e projetos de modernização de empresas de qualquer porte, além de projetos de caráter cultural, social e ambiental, o que ajuda no crescimento e na competitividade das empresas brasileiras, com geração de emprego e renda em todo país. (BNDES, 2015)

Como o BNDES não opera no varejo, grande parte de suas operações é realizada por meio da parceria com uma rede de instituições credenciadas, constituída por bancos públicos e privados, que cobre todo o território nacional.

Segundo o próprio Banco, pode receber o financiamento empresas instaladas no país (de controle nacional ou estrangeiro), administração pública, cooperativas, associações, fundações, empresários individuais com CNPJ e alguns grupos de pessoas físicas (como microempreendedor, por exemplo).

Filho e Puga (2006) realizaram um estudo sobre o impacto do BNDES na geração de emprego e renda das empresas que receberam crédito do Banco no período de 2001 a 2005. Neste trabalho, os autores chegam à conclusão que o BNDES contribui de forma efetiva para a geração de emprego e renda no país. E vão mais além: argumentam que o impacto do BNDES é mais relevante para as micro e pequenas empresas - onde o crescimento do emprego e da renda média real foi substancialmente maior nas empresas apoiadas pelo Banco.

2.2. O BNDES e as Micro e Pequenas Empresas

No Brasil, a adoção da modalidade de crédito direcionado para apoio às empresas de pequeno porte iniciou-se, em 1965, com a criação, no BNDES, do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme) uma linha de crédito que tinha como objetivo facilitar a aquisição de máquinas e equipamentos pelas empresas de pequeno porte, e, ao mesmo tempo, incentivar o desenvolvimento do parque nacional produtor de bens de capital (Barros e Modenesi, 1973). (MORAIS, 2006)

A partir dessa iniciativa, diversos programas de crédito direcionado foram instituídos ao longo do tempo, alguns deles dispendo de fundos de aval para a cobertura de parte das garantias reais exigidas das empresas nos empréstimos, como forma de facilitar a aprovação dos pedidos de crédito. Por utilizar recursos de origem fiscal, os programas especiais oferecem condições de prazo para financiamentos de investimentos que podem chegar a 20 anos, e empréstimos para capital de giro com prazos mais longos que os disponíveis no mercado de crédito livre, além de aplicarem taxas de juros relativamente baixas se comparadas às adotadas no mercado financeiro nacional. (MORAIS, 2006)

Desde 1965, com a criação da linha de crédito Fipeme, o BNDES vem atuando na concessão de financiamentos às empresas de pequeno porte. A partir de 1974, o banco passou a receber os recursos arrecadados no Programa de Integração Social (PIS) e no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), para aplicá-los em programas especiais de desenvolvimento. A Constituição Federal de 1988 modificou a alocação dos recursos dos referidos fundos ao determinar o direcionamento dos recolhimentos dos dois programas para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e o repasse de pelo menos 40% ao BNDES para a aplicação em programas de desenvolvimento. (MORAIS, 2006).

Desde a segunda metade da década de 1990, o BNDES passou a adotar diretrizes especiais para elevar a participação das MPMEs nos seus financiamentos, mediante oferta de condições de crédito mais favoráveis em relação às concedidas às empresas de maior porte, como a concessão de maior percentual de adiantamento de crédito e a criação de um fundo de garantia de crédito (FGPC) para complementar as garantias exigidas às empresas financiadas, além da cobrança de menor taxa de spread básico. Diversos instrumentos de crédito

específicos para as MPMEs passaram a ser adotados, com condições diferenciadas e favorecidas, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso a financiamentos de investimento e de capital de giro, e apoiar as exportações do segmento. (MORAIS, 2006).

Contudo, como a prioridade do Banco não era as Micro e Pequenas Empresas e, sim, a sua participação no processo de desestatização da economia brasileira, mais uma vez, essas empresas de micro e pequeno porte não ganharam a atenção devida.

É somente em 2003 que o BNDES passa por uma profunda transformação interna e muda suas prioridades. A nova administração chega à conclusão de que o Banco deveria ser um instrumento de crédito acessível também às micro, pequenas e médias empresas e às regiões menos favorecidas do país, de modo que o BNDES pudesse se tornar, de fato, o “Banco de Desenvolvimento de Todos os Brasileiros”.

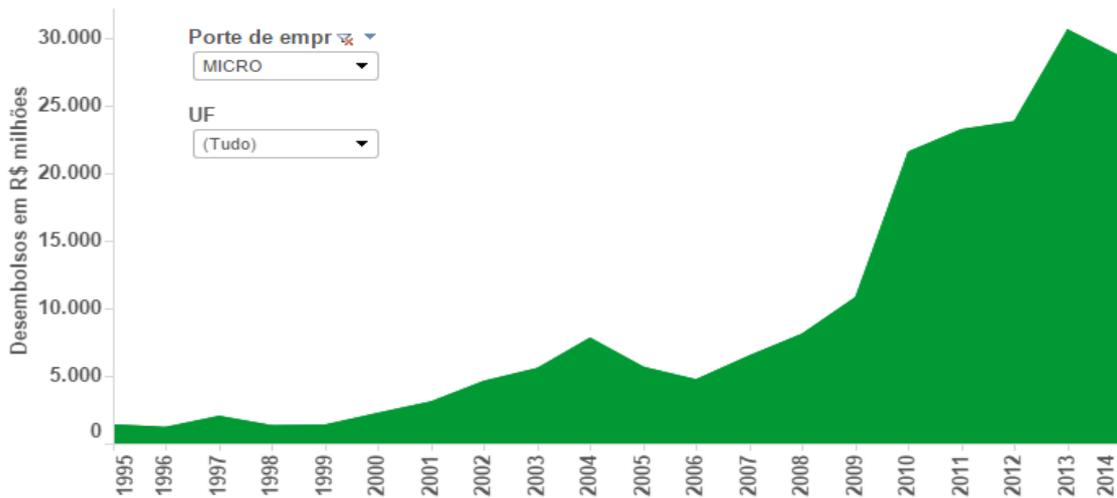
Em 2005, foram definidas as diretrizes para tornar o BNDES o “Banco de Desenvolvimento de todos os Brasileiros”, que são:

- Para todos, democratizando o acesso aos recursos do BNDES;
- Mais ágil, aumentando a agilidade de atuação; e
- Mais barato, reduzindo o custo de empréstimos para setores prioritários.

Como é possível observar através dos gráficos abaixo, a transformação do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas, a partir do ano de 2003, se mostrou efetiva – já que os desembolsos do Banco aumentaram progressivamente, tanto para as Micro como para as Pequenas Empresas.

Figura 3 - Evolução do Desembolso do BNDES para Microempresas

Evolução dos desembolsos

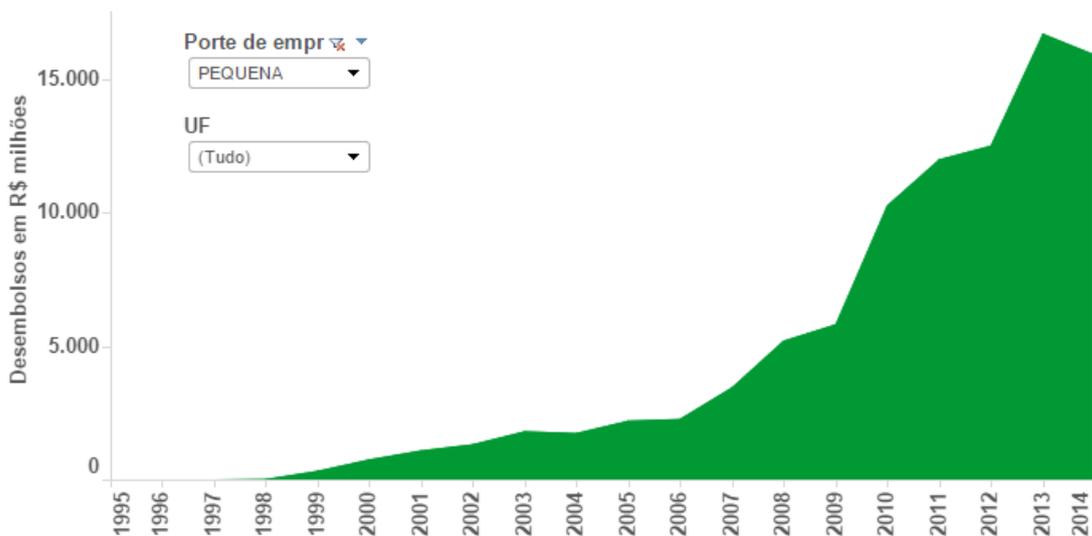


Fonte: BNDES Transparente

Na Figura 3, é possível observar que o desembolso do BNDES para as Micro Empresas é bastante baixo de 1995 a 2000. A partir do ano 2000, há uma leve ascensão do desembolso até 2004. Já de 2004 a 2006, observamos uma queda, e do ano de 2006 a 2010 há um crescimento progressivo do desembolso para essas microempresas.

Figura 4 - Evolução do Desembolso do BNDES para Pequenas Empresas

Evolução dos desembolsos



Fonte: BNDES Transparente

Com relação a Figura 4, consegue-se observar que o desembolso do BNDES para as Pequenas Empresas é irrisório na segunda metade da década de 1990. A partir de 1998,

começa-se a perceber um leve crescimento do desembolso e, em 2003, há um pico levemente maior. De 2003 a 2010, pode-se notar uma evolução progressiva desse desembolso.

Os financiamentos do BNDES sempre puderam ser concedidos de forma direta ou indireta. Com relação às micro e pequenas empresas, o financiamento se dá, na maior parte das vezes de forma indireta, por meio de instituições financeiras credenciadas pelo BNDES. (BNDES, 2015)

De acordo com o Banco, hoje, a maioria dos bancos em atividade no Brasil está autorizada a repassar os recursos do BNDES, de maneira a permitir que os recursos cheguem em todo território nacional.

Para solicitar um financiamento, a empresa ou empreendedor procura o gerente no estabelecimento bancário credenciado em que já tenha cadastro. Este banco é que é responsável pela análise e aprovação do crédito, não o BNDES.

O financiamento obtido através do Banco pode ser utilizado para:

- construir, ampliar ou reformar/modernizar uma loja, galpão, armazém, fábrica, depósito, escritório, entre outros;
- adquirir máquinas ou equipamentos, desde que fabricados no Brasil e credenciados no BNDES;
- adquirir bens de produção, insumos e serviços;
- produzir bens e serviços para exportação;
- adquirir caminhão; e
- formar capital de giro, em condições específicas.

Para se candidatar a um financiamento do BNDES, é necessário que o empreendedor ou a empresa:

- esteja em dia com suas obrigações fiscais, tributárias e sociais (impostos, taxas e contribuições);
- demonstre capacidade de pagamento (o banco precisa saber se as receitas geradas pelo empreendimento serão suficientes para pagar todos os custos do negócio, inclusive o financiamento com recursos do BNDES);

- não apresente restrições cadastrais (tais como protestos de títulos, devolução de cheques, atrasos nos pagamentos de empréstimos e financiamentos, execuções fiscais, trabalhistas);
- não esteja em regime de recuperação judicial;
- disponha de garantias suficientes para assegurar o retorno do financiamento;
- atenda à legislação ambiental.

Diante da realidade brasileira, poder assegurar todos os itens acima para se obter um financiamento não é uma tarefa fácil. Neste sentido, as micro e pequenas empresas, muitas vezes, encontram dificuldade no acesso ao crédito por não conseguir oferecer garantias suficiente para tomar o financiamento.

A fim de tentar contar este problema, o BNDES criou, em 2010, o BNDES FGI (Fundo Garantidor de Investimentos)– que tem como função complementar as garantias oferecidas por empresa e pessoas físicas, possibilitando o acesso ao crédito. Dessa forma, o Fundo pode conceder garantia de até 80% do valor do financiamento, limitada a R\$10 milhões por cliente.

Com relação ao prazo de financiamento, ele inclui um período de carência (pagamento da primeira parcela em 6 meses a partir da entrada do financiamento) e um período de amortização (do período de carência até o vencimento do contrato de financiamento).

Quanto aos produtos para as Micro e Pequenas Empresas, o BNDES possui atualmente os seguintes:

- a) Cartão BNDES: para aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens de produção, assim como insumos e serviços.
- b) BNDES Automático: para projetos de construção, ampliação, reforma de loja, galpão, armazém, fábrica, depósito, escritório e outros, incluindo aquisição de máquinas e equipamentos novos e capital de giro associados ao projeto.
- c) BNDES Finame: para aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, e bens de informática e automação, como ônibus e caminhões, de fabricação nacional e credenciados pelo BNDES.
- d) BNDES Finame Agrícola: financiamento para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, destinados ao setor agropecuário

- e) BNDES Procaminhoneiro: para aquisição de caminhões e afins novos ou usados, de fabricação nacional.
- f) BNDES Progeren: para capital de giro isolado.
- g) BNDES Microcrédito: para investimentos e/ou capital de giro para microempreendimentos formais e informais.
- h) BNDES Prosofit – comercialização: para aquisição de softwares e serviços correlatos desenvolvidos no Brasil e credenciados no BNDES.
- i) BNDES MPME Inovadora: investimentos para a introdução de inovações no mercado, melhorias incrementais em produtos e/ou processos, além de aprimoramento de competências, estrutura e conhecimentos técnicos para inovação.
- j) BNDES Exim Pré-Embarque: para produção de bens a serem exportados.

De acordo com Peçanha et al (2011), o BNDES oferece diversos produtos de crédito que atendem às MPEs. Mas entre os principais, estão o Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame), o Bndes Finame Agrícola, o BNDES Automático e o Cartão BNDES.

O Bndes Finame é um dos produtos mais importantes do BNDES, ele financia a modernização das instalações de empresas brasileiras, além da aquisição de máquinas e equipamentos produzidos no Brasil, mediante a Agência Nacional de Financiamento Industrial (FINAME), que foi criada em 1966. A maior parte de seus recursos investidos provém do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - o Banco administra os recursos dos trabalhadores e, para cada valor proveniente do Fundo, repassa uma remuneração equivalente à Taxa de Juros de longo Prazo (TJLP). (Relatório Anual de 2005, BNDES)

Com relação ao BNDES Automático, o aumento do valor e do número de operações da Linha BNDES Automático durante o Governo Lula pode ser creditado, principalmente, ao crescimento do Progeren (Programa BNDES de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda). Esse programa financia o capital de giro, objetivando promover o aumento da produção, do emprego e da massa salarial. Em 2005, o Progeren desembolsou R\$ 385 milhões para as micro, pequenas e médias empresas, totalizando 1.346 operações.

Já o Cartão BNDES é um dos produtos mais recentes do Banco, criado em 2003, ele é destinado principalmente às micro, pequenas e médias empresas. Por meio do Cartão, essas empresas podem ter acesso a uma linha de crédito pré-aprovada e de uso automático. Todas as operações são realizadas no portal do Cartão BNDES, desde a solicitação do Cartão até a aquisição dos produtos – diferentemente das operações referentes à Linha FINAME e Bndes Automático, que são realizadas por meio de agentes financeiros que cobrem grande parte do território nacional. Pode-se dizer que o Cartão BNDES foi um dos maiores responsáveis pelo crescimento do desembolso para micro e pequenas empresas durante o Governo Lula. É o que veremos no Capítulo 3.

CAPÍTULO 3 – Atuação do BNDES para o desenvolvimento das MPE durante o governo Lula

Como visto no Capítulo 2, a década de 1990 foi marcada por uma profunda inflexão do Banco que se desviou de suas atividades tradicionais de suporte ao setor produtivo para se tornar, prioritariamente, um gestor da transferência de ativos produtivos públicos para o setor privado, como o Programa Nacional de Desestatização. O BNDES cumpriu o seu papel, mas o papel que lhe foi atribuído estava em contradição com as suas finalidades legais e históricas. Com a nova orientação política derivada da eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a diretoria do ano de 2003 teve como tarefa prioritária redefinir a estratégia do Banco. (BNDES,2003)

Neste período, no ano de 2003, em que o país atravessou uma das piores crises de desemprego da sua história, com retração real do PIB de 0,2% em comparação com o ano de 2002, o BNDES tornou-se um instrumento de inclusão, mediante o apoio em projetos que mais poderiam gerar empregos.

Neste sentido, as operações com Micro e Pequenas Empresas tornaram-se uma das prioridades do Banco, com 22,1% do total de Desembolsos do BNDES naquele ano.

Com a posse do presidente Lula, o BNDES abandona a experiência de “Banco de Investimento” para retomar o destino histórico de ser o banco de desenvolvimento de todos os brasileiros e o seu compromisso de “reduzir o custo, democratizar o acesso ao crédito e privilegiar a geração de emprego e renda”. (BNDES, 2004).

Vejamos em números como se deu a evolução do desembolso e do número de operações do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas no período de 2003 a 2010.

Tabela 3 - Evolução do Desembolso para Micro e Pequenas Empresas de 2003 a 2010

	Desembolso - em milhões de R\$
Ano	Micro e Pequenas Empresas
2003	7.411
2004	9.585
2005	7.894
2006	7.031
2007	9.988
2008	13.341
2009	16.673
2010	31.894

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do BNDES Transparente

Tabela 4 - Evolução do número de operações realizadas pelo BNDES para as Micro e Pequenas Empresas de 2003 a 2010

	Número de Operações
Ano	Micro e Pequenas Empresas
2003	90.367
2004	121.666
2005	100.278
2006	100.418
2007	169.561
2008	157.427
2009	338.293
2010	519.236

Fonte: BNDES

Ao analisar a evolução do desembolso e número de operações do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas no período de 2003 a 2010, é possível observar um crescimento mais do que significativo de ambos:

- Crescimento de 330% dos desembolsos em 2010 quando comparado ao ano de 2003.
- Crescimento de 474% do número de operações do primeiro ano de Governo de Lula ao último ano de seu mandato.

Buscando-se explicações para esses crescimentos tão significativos, ao ler os relatórios anuais do BNDES de 2003 a 2010, é possível atribuir essa expansão do crédito para as Micro e Pequenas Empresas a três elementos principais:

- A criação e implementação do Cartão BNDES
- A redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)
- O aprimoramento do Fundo de Garantia

Entre outros fatores, pode-se dizer que esses três elementos ajudaram a amenizar os três maiores problemas enfrentados pelas micro e pequenas empresas, que são: acesso ao crédito, a alta taxa de juros cobrada pelos bancos comerciais e a falta de garantia, por parte desses empresários, para tomada de crédito.

3.1. Cartão BNDES

O BNDES não opera diretamente com seu usuário, por isso conta com o serviço de bancos credenciados espalhados por todo o território nacional que oferecem os seus produtos de financiamento. Pode-se dizer, de acordo com o próprio Banco, que o produto mais comum e acessível aos micro e pequenos empreendedores hoje é o cartão BNDES.

O Cartão BNDES foi criado em 2003 e começou a ser operacionalizado em 2004, no início do governo Lula, sendo um produto baseado no conceito de cartão de crédito que visa financiar investimentos das micro, pequenas empresas e médias empresas.

Em 2004, quando começou a ser operacionalizado, o Cartão foi responsável pelo desembolso de R\$ 11 milhões para Micro e Pequenas Empresas para o financiamento de produtos como computadores, equipamentos para postos de serviços, veículos utilitários leves e equipamentos para automação comercial. Podendo todos serem financiados em três prazos de financiamento: 12, 18 ou 24 meses.

Também em 2004, para ajudar na operacionalização, a Caixa Econômica Federal passou a ser um banco emissor do cartão, assim com a Mastercard passou a ser sua bandeira de crédito.

De acordo com dados do BNDES Transparente, se olharmos para a evolução do desembolso através do Cartão BNDES para as Micro e Pequenas Empresas, veremos um crescimento de R\$ 3868 milhões de 2004 a 2010.

Para que essa expansão do desembolso fosse possível, o Cartão BNDES passou por diversas aprimorações durante o governo Lula. Ao longo de 2005, por exemplo, no intuito de conferir maior agilidade ao Cartão, o Banco desenvolveu e implantou os seguintes procedimentos:

- Ampliação do limite de crédito do Cartão de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil;
- Adoção de novos prazos de financiamento. Além de 12, 18 e 24 meses, também o prazo de 36 meses.
- Novos emissores do Cartão: Banco do Brasil e Banco Bradesco.
- Novas bandeiras do Cartão: bandeira Visa, além da bandeira Mastercard já existente.

Esses aprimoramentos foram tão significativos que geraram um aumento de 590% do desembolso por parte do Cartão BNDES para as Micro e Pequenas Empresas no ano de 2005 em relação ao ano de 2004.

Em 2006, dando continuidade às melhorias, o Cartão sofreu ainda maiores aprimorações, favorecendo a expansão do seu uso por parte das micro e pequenas empresas. Neste ano, houve um aumento do limite de crédito do Cartão de R\$ 100 mil para R\$ 250 mil; uma redução da taxa de juros do cartão para 1,07% ao mês (a taxa anterior era de 1,39% ao mês); prazo de financiamento aumentado para 36 meses; e categorias de produtos ampliadas para insumos do setor têxtil e também para compra de pneus.

Além disso, de acordo com o Relatório Anual de 2006, neste mesmo ano, houve um crescimento do número de compradores beneficiados e de fornecedores credenciados, favorecendo o aumento do uso do Cartão BNDES por parte das Micro e Pequenas Empresas.

Como resultado de todas essas medidas, em 2007, segundo o próprio BNDES, foram realizadas mais de 39.000 operações e mais de 122.000 cartões emitidos para as Micro e Pequenas Empresas, resultando em um aumento de, aproximadamente, 117% em relação ao ano de 2006. Esse crescimento, de acordo com o Banco, se deu, também, devido ao aumento da base de financiadores e ampliação do número de bancos emissores do Cartão, facilitando o acesso ao crédito por parte do micro e pequeno empreendedor.

Ainda neste sentido, uma nova grande mudança acontece com relação ao Cartão BNDES no ano de 2009: ele passa a oferecer um crédito rotativo pré-aprovado de até R\$ 1 milhão - R\$ 750 a mais do que nos anos anteriores. Neste mesmo ano, 4.134 fabricantes foram credenciados no Cartão BNDES, totalizando 11.686 fabricantes, e dois novos bancos passam a participar como emissores do Cartão em 2009: a Nossa Caixa e o Banrisul.

De acordo com o próprio BNDES:

As ações de fomento em 2009 tiveram o objetivo de reforçar a imagem do Cartão BNDES como um produto ágil e acessível e ampliar o número de itens autorizados no catálogo do portal de operações, para torná-lo um instrumento de crédito mais presente no dia a dia dos negócios das micro, pequenas e médias empresas e um agente indutor de investimentos na inovação e na melhoria da qualidade de produtos e processos no ambiente empresarial. (Relatório anual do BNDES, 2009, p.59)

As ações desenvolvidas pelo Banco envolveram a inclusão de novos itens financiáveis pelo Cartão BNDES como material de construção civil e serviços tecnológicos.

Além disso, em 2009, o Cartão BNDES passou a financiar a contratação de serviços de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O que ampliou o acesso aos instrumentos de financiamento direcionados à inovação por parte das micro e pequenas empresas. Segundo o Banco, a inclusão desses serviços no escopo do Cartão BNDES deveu-se à importância que a inovação tem para alavancar a competitividade das empresas e seu papel determinante para a sobrevivência empresas deste porte. (Relatório Anual de 2009, BNDES).

Em 2010, como não poderia ser diferente dos anos anteriores, o Cartão BNDES ganhou destaque mais uma vez pelo seu aumento significativo de desembolso para as Micro e Pequenas Empresas, dessa vez, de 76% em relação ao ano de 2009.

De acordo com o Relatório Anual do BNDES de 2010, o Cartão proporcionou uma abrangência territorial do BNDES desde que foi criado, especialmente nas regiões Norte e

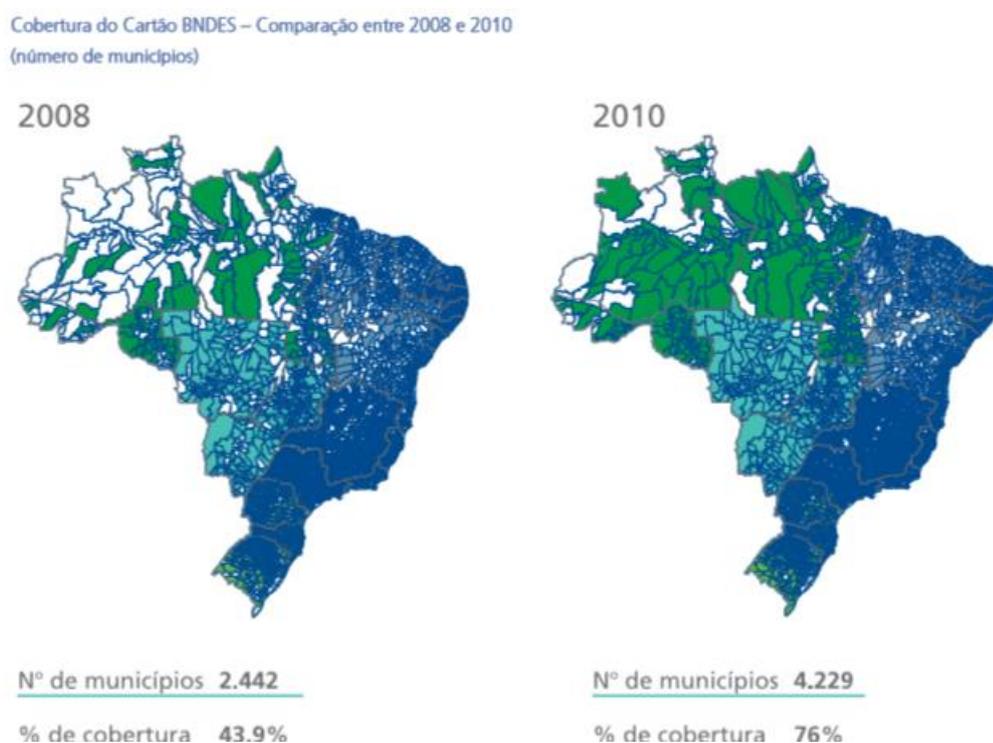
Nordeste. Em 2006, 12% dos municípios dessas regiões foram atendidos pelo Banco, já em 2010, esse número saltou para 60%.

Como é possível observar na Figura 5, o Cartão BNDES passa de uma abrangência de 43,9% dos municípios brasileiros em 2008 para 76% em 2010.

Portanto, pode-se concluir que o Cartão BNDES foi, aos poucos, de 2004 a 2010, constituindo um importante instrumento de democratização do crédito, minimizando o grande problema de acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas.

Figura 5 – Cobertura do Cartão BNDES – comparação entre 2008 e 2010

(número de municípios)



Fonte: BNDES

Peçanha et al (2011) realizaram um estudo, para o período de 2007 a 2009, com o objetivo de avaliar o impacto do uso do Cartão BNDES sobre o emprego nas empresas apoiadas. E para isso, foi comparada a evolução do estoque de empregos do grupo das firmas similares que não utilizaram o cartão nesse período.

Neste estudo, os autores chegaram a conclusão de que, no fim do ano seguinte à utilização do cartão houve um impacto de aproximadamente 10% sobre o emprego médio das

firmas apoiadas. E esse impacto se dá essencialmente nas micro e pequenas empresas sendo maior quanto menor o porte (13% e 5%, respectivamente).

Portanto, além de provar a sua importância na democratização do crédito para as Micro e Pequenas Empresas, o crédito obtido através do Cartão BNDES pode se mostrar também como um excelente instrumento de sustentação e crescimento do emprego para as empresas deste porte, colaborando positivamente para a economia do país.

3.2. Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

Por fazer parte do custo financeiro, a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) tem grande influência sobre a contratação de produtos de financiamento do BNDES por parte das micro e pequenas empresas. Quando mais baixa, ela estimula a contratação desses produtos e a tomada de crédito, favorecendo a expansão do desembolso do BNDES.

A TJLP foi instituída pela Medida Provisória nº 684, de 31.10.94, publicada no Diário Oficial da União em 03.11.94, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES. Ela é uma taxa variável, cujo valor é fixado pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional. Esse valor é trimestral (janeiro-março, abril-junho, julho-setembro, outubro-dezembro) e pode ser obtido nos jornais de grande circulação no país ou no Portal do BNDES.

A Taxa de Juros de Longo Prazo é calculada a partir dos seguintes parâmetros:

- i) a meta de inflação, calculada pro rata para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); e
- ii) o prêmio de risco, que incorpora uma taxa de juro real internacional e um componente de risco Brasil numa perspectiva de médio e longo prazo.

E é aplicada:

- i) aos contratos passivos do BNDES junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); Fundo de Participação PIS-PASEP; e ao Fundo de Marinha Mercante (FMM);
- ii) aos contratos ativos do BNDES, com os recursos dos mesmos fundos do item i);

- iii) à remuneração das contas dos participantes do Fundo de Participação PIS-PASEP;
- iv) outros casos, a critério do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A metodologia de cálculo dos Contratos do BNDES atrelados à TJLP permaneceu a mesma desde dezembro de 1994, quando foi instituída esta taxa. O custo financeiro é dado pela TJLP acrescida de um spread básico (que varia de acordo com o estabelecido nas Políticas Operacionais do Sistema BNDES) e de um spread de risco (que varia de acordo com a classificação de risco do cliente). Nas operações indiretas, o spread de risco é substituído pela comissão do Agente Financeiro, e acrescido da taxa de intermediação financeira, como acontece com a maioria dos produtos de financiamento oferecidos pelo BNDES para as Micro e Pequenas Empresas.

Para operações indiretas = Custo Financeiro + Remuneração do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada

- Referencial de Custo Financeiro: é o custo do dinheiro para o BNDES, também chamado de custo de captação, isto é, o quanto o BNDES paga para ter esses recursos;
- Remuneração Básica do BNDES: destinada a cobrir os custos administrativos e operacionais do BNDES;
- Taxa de Intermediação Financeira: cobre o risco das operações realizadas com as instituições financeiras credenciadas perante o BNDES. Ela é limitada a 0,1% ao ano (a.a.) para micro, pequenas e médias empresas; e
- Remuneração da Instituição Financeira Credenciada: cobre o risco da operação do cliente perante o seu banco e remunera a atividade operacional deste.

Ao olharmos para a evolução da TJLP ao longo de 2003 a 2010, temos os seguintes números:

Tabela 5: Evolução da Taxa de Juros de Longo Prazo de 2003 a 2010

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1ª trimestre	11%	9,75%	9,75%	9%	6,50%	6,25%	6,25%	6%
2ª trimestre	12%	9,75%	9,75%	8,15%	6,50%	6,25%	6,25%	6%
3ª trimestre	12%	9,75%	9,75%	7,50%	6,25%	6,25%	6%	6%
4ª trimestre	11%	9,75%	9,75%	6,85%	6,25%	6,25%	6%	6%

Fonte: BNDES

Com os dados da Tabela 5, retirados do site do BNDES, pode-se perceber uma queda progressiva e significativa da TJLP de 2003 a 2010: de 12% a.a. no início de 2003 para 6,25% a.a. ao final de 2008, para 6% a.a. em 2009.

A maioria das operações contratadas pelas Micro e Pequenas Empresas, como Bndes Finame, Bndes Finame Leasing e Bndes Automático, têm seu custo financeiro definido pela soma da taxa de juros de longo prazo (TJLP), pela remuneração básica do BNDES e pelo spread do agente. Portanto, essa queda, de mais da metade da TJLP de 2003 a 2010, pode ser considerada como um dos fatores responsáveis pelo crescimento do desembolso do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas, ao tornar o produtos de financiamento mais baratos e, portanto, mais acessíveis ao micro e pequeno empreendedor.

3.3. Fundo de Garantia

Sabe-se que as micro e pequenas empresas, muitas vezes, encontram dificuldade no acesso ao crédito por não conseguir oferecer garantias suficientes para tomar o financiamento. Essa barreira passou a ser parcialmente contornada, a partir da década de 1990, através da utilização de fundos de garantia de crédito, instituídos no âmbito do governo federal, como é o caso do Fundo de Garantia de Promoção da Competitividade (FGPC), administrado pelo BNDES.

O Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC) foi criado em 1997 com o objetivo de prover recursos para garantir parte do risco de operações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e pela Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, diretamente ou através de agentes financeiros, com as micro e pequenas empresas e com as médias empresas da cadeia exportadora. O Fundo foi

constituído com recursos do Tesouro Nacional, e vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sendo administrado pelo BNDES, legalmente designado seu gestor. (Prestação de Contas do BNDES, 2009)

De 1998 a 2009, foram aprovadas 17.535 operações de crédito com garantia do Fundo, totalizando R\$ 3,6 bilhões, em valores históricos. A parcela garantida totalizou R\$ 2,6 bilhões, também em valores históricos, correspondente a um percentual médio de cobertura de risco de 73%. O valor médio financiado foi de R\$ 203,6 mil e o prazo médio de 55 meses. Foram beneficiadas 13.343 empresas, majoritariamente de micro e pequeno porte, que responderam, em conjunto, por 72% do valor e por 93% do número de operações. (BNDES, 2009)

Neste sentido, o Fundo de Garantia para a Promoção e Competitividade, quando instituído, foi um importante instrumento para possibilitar o acesso ao crédito às MPEs, pois ajudou a superar as dificuldades quanto à constituição de garantias às operações de crédito por essas empresas. Contudo, na década de 2000, segundo dados do BNDES e seus relatórios anuais, as operações com cobertura FGPC foram cada vez mais decrescentes. No ano de 2005, por exemplo, foram realizadas 465 operações com cobertura FGPC, totalizando uma concessão de R\$ 96,6 milhões de crédito. Já em 2006, o número de operações caiu para 77, totalizando R\$ 11,7 milhões de crédito concedido (aproximadamente 84% menor do que no ano anterior).

De acordo com o Relatório de Gestão, da Prestação de Conta do BNDES de 2009, haviam duas justificativas para essa sucessiva redução das operações. A primeira estava relacionada ao desinteresse dos agentes financeiros em contratar novas operações com o Fundo em função dos sucessivos contingenciamentos orçamentários, uma vez que o principal atrativo do Fundo, a liquidez da garantia, encontrava-se comprometido pela incerteza e pelo grande atraso nos pagamentos, gerando sucessivo descrédito ao fundo. A segunda estava associada à introdução de normas mais rígidas e seletivas para a contratação do FGPC, visando aumentar a governança do fundo, especialmente quanto à classificação de risco da operação e ao índice de inadimplência dos Agentes Financeiros, que não foi precedida de uma necessária adaptação dos agentes financeiros, fato que acabou por ocasionar o impedimento de grande parte dos bancos, em função de já estarem operando acima do teto normativo de inadimplência de 12%. (Prestação de Contas do BNDES, 2009)

Atento a essa situação, o BNDES, como gestor do Fundo, vinha, desde a metade da década de 2000, buscando reverter o quadro através de duas frentes de atuação. A primeira, de conjuntura externa, referia-se à gestão que o BNDES promoveu junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para solucionar a questão do contingenciamento orçamentário e possibilitar a revitalização do FGPC. A segunda, de conjuntura interna, referia-se a discussões de aspectos relacionados ao FGPC, com a participação das diversas Áreas do BNDES envolvidas com o Fundo, com o objetivo de criar normas mais flexíveis, porém não menos responsáveis, tornando o Fundo mais acessível e atraente. (BNDES, 2009)

Em dezembro de 2007, o BNDES conseguiu a alocação de recursos extraordinários ao FGPC no valor de R\$ 94,6 milhões por meio da Medida Provisória nº 408, de 26.12.2007, para fazer frente às dívidas assumidas pelo Fundo e que já se encontravam vencidas. Em 2008, com a situação do contingenciamento orçamentário, a princípio, solucionado no curto prazo, o BNDES focou suas ações, principalmente, nas questões de conjuntura interna. Em março de 2009, o BNDES encaminhou ao Tesouro Nacional e ao Ministério do Planejamento proposta de alterações no modelo do FGPC, que permitiriam efetividade na mitigação do risco de crédito, baseada na sua maior aceitação do instrumento por parte do mercado. (BNDES, 2009)

Dentre as propostas encaminhadas pelo Banco, a principal foi o descontingenciamento permanente dos recursos do FGPC, que era um fundo superavitário. Essa ação seria decisiva para o resgate da credibilidade do Fundo. Dentre as outras medidas que foram propostas pelo BNDES podemos citar as seguintes: (i) ampliação da garantia para capital de giro; (ii) ampliação para média empresa (e não somente as exportadoras); (iii) garantia para operações que envolvam a inovação; (iv) ampliação da alavancagem para onze vezes (a alavancagem permitida no FGPC era de oito vezes). (Relatório de Gestão, 2009)

No início de junho de 2009, por meio da Medida Provisória - MPV nº 464, de 9 de junho de 2009 (convertida na Lei nº 12.087, de 11.11.2009), o Tesouro Nacional e o Ministério do Planejamento permitiram o aporte da União em Fundos Garantidores de Risco em Operações de Crédito para micro, pequenas e médias empresas, e determinou que a partir do início da operacionalização desse Fundo, não haveria mais concessão de novas garantias pelo FGPC. (BNDES, 2009)

No final de junho, por meio da Decisão de Diretoria Dec. nº Dir. nº 525/2009-BNDES, de 30.06.2009, a Diretoria do BNDES deliberou a constituição do Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, cuja operacionalização foi permitida a partir de 11.08.2009. (BNDES, 2009)

Assim, o FGPC deixou de conceder novas garantias a partir de agosto de 2009 e foi substituído pelo Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI), que foi colocado em prática em 2010.

O Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI) é um fundo de natureza privada e com recursos próprios. Este fundo tem por finalidade garantir o risco de financiamento e empréstimos concedidos a micro, pequenas e médias empresas e a pessoas físicas do segmento de transporte rodoviário de cargas que contratem operações destinadas à aquisição de bens de capital para sua atividade.

Assim, o Fundo de Garantias de Investimento surge logo após a crise financeira internacional de 2008, para quebrar a resistência dos bancos em fazer empréstimos.

Dessa forma, o FGI foi criado para seguir os parâmetros de equivalência do antigo Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade do BNDES (FGPC). Porém, diferentemente do FGPC, o FGI não está sujeito ao contingenciamento orçamentário, problema que acarretava a falta de recursos no ato da renovação do orçamento do FGPC. E para evitar problemas como esse, o FGI possui uma linha de natureza privada.

Neste sentido, a criação do FGI visou minimizar obstáculos ao financiamento a empresas de menor porte, mitigando riscos de operações de crédito. Sendo o fundo administrado pelo BNDES e pelo Banco do Brasil, ele cobre 80% das operações das micro, pequenas e médias empresas e até R\$ 10 milhões por cliente.

Entre os produtos do BNDES que podem ser cobertos pelo BNDES FGI estão: BNDES Automático, BNDES Finame, BNDES Procaminhoneiro, BNDES Progeren, BNDES Prosofit, BNDES MPME Inovadora e BNDES Exim.

O BNDES FGI, tal como o Cartão BNDES, foi decisivo para ampliar o alcance do Banco em direção às micro e pequenas empresas no ano de 2010 - ano em que os desembolsos do BNDES para as micro e pequenas empresas cresceram aproximadamente

92% em relação ao ano anterior. Em seus primeiros seis meses, foram feitas 2.737 operações com a utilização do FGI, totalizando financiamentos de R\$ 500 milhões. Mais de 97% dessas operações (90% em valor) foram realizadas com pessoas físicas ou microempresas e cerca de 65% dos beneficiários nunca tinham acessado o crédito do BNDES. (Relatório Anual de 2010, BNDES)

De acordo com o próprio BNDES:

Ao complementar as garantias oferecidas pelas empresas, o BNDES FGI aumenta as chances de aprovação dos pedidos de crédito, sendo uma alternativa real de suporte às ambições de crescimento dessas empresas. Além disso, de acordo com a garantia do BNDES FGI, por ser bem avaliada pelas instituições financeiras, também permite que estas aprovelem o financiamento em melhores condições, por exemplo: com prazos mais longos, menores exigências de entrada e até mesmo com menores taxas de juros. (Portal BNDES, 2015)

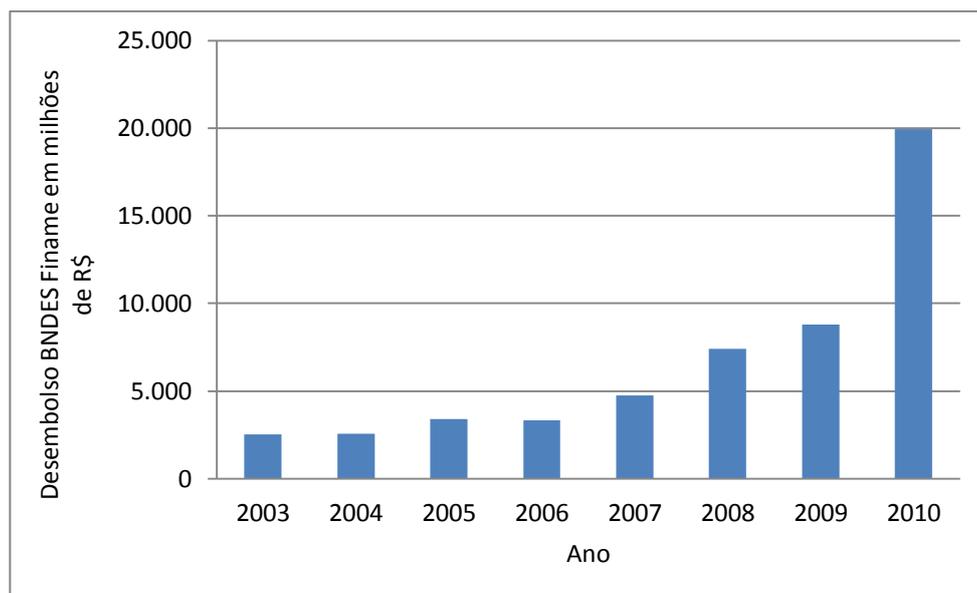
E continua:

É um conjunto de vantagens que a garantia do BNDES FGI proporciona. E são vários os investimentos que podem se beneficiar. Alguns exemplos são: capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, projetos de expansão de unidades produtivas, aquisição de softwares nacionais, produção voltada à exportação, entre outros. (Portal BNDES, 2015)

3.4. Outras considerações

Além do Cartão BNDES, o BNDES Finame também teve um crescimento progressivo nos desembolsos para as Micro e Pequenas Empresas, como é possível observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Desembolso do produto BNDES Finame para as Micro e Pequenas empresas de 2003 a 2010



Fonte: BNDDES Transparente

Um dos fatores possíveis para esse aumento do desembolso do Bndes Finame foi a implementação de um sistema mais ágil a partir de abril de 2005, com a possibilidade de processamento de todas as operações da Linha FINAME em ambiente online.

O FINAME Internet foi desenvolvido ao longo de 2008 e implementado em 2010. No portal, o micro e pequeno empresário podiam, a partir de então, ter à sua disposição informações sobre equipamentos cadastrados e condições financeiras dos produtos e programas do BNDDES direcionados e destinados às Micro e Pequenas Empresas. A ideia do Banco, com essa iniciativa, foi promover uma maior competição entre os agentes pelas operações e, com isso, ampliar o acesso dessas empresas aos recursos do BNDDES, com redução dos spreads e aumento dos prazos de operações.

Outro ponto que favoreceu a expansão do desembolso para MPE foi a criação, em 2004, pelo BNDDES, do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren) para aumentar a produção, o emprego e a massa salarial através do apoio financeiro, na forma de capital de giro, para micro, pequenas e médias empresas.

Em 2008, diferentemente os anos anteriores do Governo Lula, o cenário econômico foi abalado pela crise financeira internacional, devido, entre outros fatores, à restrição de crédito externo, a desaceleração das exportações e o adiamento de decisões de investimento do setor privado. Neste contexto, o país foi obrigado a desenvolver uma solução rápida e efetiva aos impactos negativos provocados pelo choque externo. Para isso, o BNDDES, em coordenação

com o governo federal, empreendeu esforços para diminuir os efeitos da crise internacional sobre a economia brasileira e, apesar do contexto desfavorável, o desembolso do Banco para as MPE cresceu 33,5% no ano de 2008, em comparação com o ano de 2007.

De acordo com o Relatório do BNDES de 2008, as empresas, neste ano, puderam contar também com o aumento dos prazos de financiamento das operações nos produtos Bndes Finame, Bndes Finame Leasing e Bndes Automático – produtos de peso no desembolso para as Micro e Pequenas Empresas. E, além disso, o acesso ao crédito por parte das Micro e Pequenas Empresas foi também favorecido pela redução dos spreads bancários – de 3,5% a.a em 2003 para 2,9% a.a em 2008.

Dessa forma, o Banco ganhou destaque como instrumento fundamental para o Governo Lula compensar, com rapidez, os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira.

Neste sentido, no ano de 2009, mereceu destaque o Programa de Sustentação do Investimento, o BNDES – PSI, que colaborou com o crescimento dos desembolsos do BNDES. Segundo o próprio Banco, o Programa reduziu os custos dos financiamentos para o segmentos de bens de capital, inovação e exportação, assim como alongou os prazos de amortização e carência para utilização dos recursos.

Para possibilitar o bom desempenho do PSI, o BNDES contou com empréstimos de R\$ 105 bilhões do Tesouro Nacional em 2010. Além disso, o Banco contou também com uma parceria com o Ministério da Fazenda que, ao equalizar os juros, ajudou na redução significativa do custo financeiro das linhas de financiamentos já citadas acima (bens de capital, inovação, exportação, etc), colaborando para a retomada das decisões de investimento. (Relatório Anual de 2010, BNDES).

Dessa forma, o PSI contribuiu de forma significativa para a ampliação dos financiamentos às empresas de menor porte, o que ajuda a explicar também o alto crescimento dos desembolsos para essas empresas neste ano (quase 100% maior no que em 2009).

Conclusão

As Micro e Pequenas Empresas no Brasil são conhecidas por serem do tipo "trabalho-intensivas", empregando mão-de-obra com baixa especialização e qualificação e por atuarem em áreas nas quais as médias e grandes empresas não trabalham.

Apesar de sua baixa qualificação, as empresas de micro e pequeno porte são responsáveis por absorver grande parte da mão-de-obra brasileira e por evitar, assim, a formação de um exército de reserva que pressionam os salários para baixo.

No Brasil, essas empresas, em 2011, foram responsáveis por 27% do PIB. São empresas que possuem, portanto, parcela significativa do PIB e geram grande número de empregos no Brasil.

Por gerarem emprego e renda de forma significativa, por agirem de forma anticíclica na economia e por possuírem alta taxa de mortalidade devido a inúmeros fatores, entre eles, a falta de crédito, carregada pelas altas taxas de juros cobradas pelos bancos, assim como pela falta de garantia para a tomada do financiamento, as micro e pequenas empresas merecem uma atenção especial por parte do governo brasileiro.

Essas empresas foram deixadas de lado por décadas na história da política brasileira, com apenas algumas tentativas isoladas de fazer com que elas fossem olhadas com a devida atenção. Contudo, a prioridade do governo era sempre outra, como no caso da década de 1990, em que a onda neoliberal definiu como prioridade a realização de privatizações de empresas estatais.

O BNDES, dentro desse contexto, não poderia definir suas prioridades de forma diferente - realizando o processo de desestatização da economia e priorizando a política de crédito oferecida para as grandes empresas.

É somente em 2003, com a entrada de Lula na presidência, que o cenário político e econômico ganham outro enfoque e as micro e pequenas empresas passam a ser uma das prioridades do governo.

Neste contexto, o BNDES passa por uma transformação interna e a nova administração chega à conclusão de que o Banco deveria ser uma instrumento de crédito acessível também

às micro, pequenas e médias empresas, de modo que o BNDES pudesse se tornar, de fato, o "Banco de Desenvolvimento de Todos os Brasileiros".

E, pela primeira vez, na história do Brasil, as micro e pequenas empresas ganham a atenção merecida. A promessa de governo de Lula se concretiza ao longo de seus 8 anos de mandato, com o BNDES atingindo recordes históricos de desembolso ano após ano de governo.

A partir dos relatórios anuais do BNDES, foi possível concluir que três elementos principais foram responsáveis por essa evolução crescente no desembolso: o Cartão BNDES, a redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e o aprimoramento do Fundo de Garantia. Juntos, esses três “elementos-chaves” ajudaram a minimizar os principais problemas enfrentados pelas Micro e Pequenas Empresas com relação à tomada de crédito: a falta de democratização do crédito, as taxas de juros elevadas e a falta de garantia por parte do micro e pequeno empreendedor para a tomada do financiamento.

O Cartão BNDES, criado em 2003, veio para efetivar a democratização do crédito, ao facilitar o seu acesso. De 2003 a 2010, seus desembolsos cresceram 3000 vezes e sua cobertura nacional chegou a 76% dos municípios brasileiros.

Além disso, as Micro e Pequenas Empresas se beneficiaram da queda da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que, desde 2003, foi sendo reduzida aos poucos, passando de 12% em 2003 para 6% em 2010 - o que tornou o crédito mais barato e, portanto, mais acessível para as empresas de micro e pequeno porte.

Para ajudar ainda na tomada de crédito por parte do micro e pequeno empreendedor, o BNDES buscou amenizar o problema da falta de garantia por parte desses empreendedores ao aprimorar o FGPC, que resultou na criação do FGI em 2009.

O FGI foi criado para seguir os parâmetros de equivalência do antigo Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade do BNDES (FGPC). Porém, diferentemente do FGPC, o FGI não estava mais sujeito ao contingenciamento orçamentário, problema que acarretava a falta de recursos no ato da renovação do orçamento do FGPC.

Dessa forma, o BNDES FGI, tal como o Cartão BNDES, foi decisivo para ampliar o alcance do Banco em direção às micro e pequenas empresas no ano de 2010 - ano em que os

desembolsos do BNDES para as micro e pequenas empresas cresceram aproximadamente 92% em relação ao ano anterior.

Esses três fatores, juntamente com a redução do spread bancário, a criação do Progeren, a criação do PSI e o desenvolvimento do Finame Internet, implementado em 2010, colaboraram para a expansão do desembolso do BNDES para as Micro e Pequenas Empresas de 2003 a 2010.

Para selar sua importância, o aumento do desembolso do BNDES para as empresas de micro e pequeno porte mostrou, claramente, seu efeito positivo como política anticíclica diante da crise financeira internacional de 2008. Mesmo com a piora da atividade econômica, os desembolsos do BNDES para as micro e pequenas empresas atingiram recorde histórico, ajudando a minimizar os efeitos da crise financeira internacional no Brasil.

Referências Bibliográficas

BALTAR, P. et al (2010). “*Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência Brasileira*”. Global Labour University Working Papers, 2010 [9], Maio, 2010.

BANTERLI, F.R.; MANOLESCU, F.M.K (2007) As micro e pequenas no Brasil e a sua importância para o desenvolvimento do País. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00512_01O.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

BAZZAN, M. P (2007). *Comparação entre a demanda das micro e pequenas empresas e os produtos e serviços bancários oferecidos pelo Banco do Brasil S/A*. Trabalho de Conclusão de Especialização – Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BNDES (2015): “Relatório de Efetividade 2007-2014”. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/efetividade/relatorio_efetividade_2007_2014.pdf> Acesso em: 14 de junho de 2015

BNDES (2015): “Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas”. Disponível em <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4261/1/Cartilha%20MPME%202015.pdf>> Acesso em: 14 de junho de 2014.

BNDES. BNDES: 50 anos de desenvolvimento, Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro50anos/Livro_Apresentacao.PDF> Acesso em: 7 de abril de 2015.

BNDES (2011). Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do exercício de 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Relat_Gestao_BNDES_BPAR_FINAME_2010.pdf> Acesso em: 8 de novembro de 2015.

BNDES (2010). Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Relat_Gestao_FGPC_2009.pdf> Acesso em: 3 de novembro de 2015.

BNDES (2010). Relatório Anual de 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2010/relatorio_anual2010.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2015.

BNDES (2009). Relatório Anual de 2009. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2009/relatorio_anual2009.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2015.

BNDES (2008). Relatório Anual de 2008. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2008/rel2008p.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2015.

BNDES (2007). Relatório Anual de 2007. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2007/rel2007p.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2015.

BNDES (2006). Relatório Anual de 2006. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2006/relatorio_anual2006.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2015.

BNDES (2005). Relatório Anual de 2005. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2005/relatorio_anual2005.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2015.

BNDES (2004). Relatório Anual de 2004. Disponível em:
<<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2004/index.htm>> Acesso em: 23 de maio de 2015.

BNDES (2003). Relatório Anual de 2003. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2003/port/index.htm> Acesso em: 23 de maio de 2015.

COUTINHO, L. G. et al. Inclusão financeira no Brasil: o papel do BNDES. In: FELTRIN, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODI, A. von B. (coord.). Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009.

COUTO, A.; TRINTIM, J. (2012): “*O Papel do BNDES no Financiamento da Economia Brasileira*” Disponível em:
<http://www.akb.org.br/upload/011020121854415026_Ana%20Cristina%20Lima%20Couto.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2014.

FRANCO, H. Contabilidade Industrial. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LORGA, M.; OPUSZKA, P. (2013): “*Políticas Públicas para Micro e Pequenas Empresas no Brasil: Uma Vertente para Novas Perspectivas*”. In: Helena Elias Pinto; Manoel Messias Peixinho;. (Org.). 25 anos da Constituição Cidadã: Os Atores Sociais e a Concretização Sustentável dos Objetivos da República. 1ed.: FUNJAB, 2013, v. , p. 423-449.

HERMANN, J. O papel dos bancos públicos. Texto para Discussão, CEPAL-IPEA n. 15, 2010.
Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/8/42498/CEPAL_15_MIOLO.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

IPEA. Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras: Resumo. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAROLLI, G. (2011): “Desenvolvimento local: um estudo baseado na importância das micro e pequenas empresas o município de Pitanga/PR”. Dissertação de Mestrado – Universidade do Contestado (UnC), Canoinhas, 2011.

MORAIS, J. (2006). “*Programas Especiais de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas: BNDES, PROGER e Fundos Constitucionais de Financiamento*”. Disponível em: <<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo10.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2010.

MORELLI, Gustavo Henrique de Faria. Micro e empresa de pequeno porte: a necessidade de prioridade na política econômica. São Luís: SEBRAE, 1994.

PEÇANHA et.al – Avaliação de impacto do uso do Cartão BNDES sobre o emprego nas empresas de menor porte. 2011.

PRATES, D.M; CINTRA, M.A.M; FREITAS, M.C.P. O papel desempenhado pelo BNDES e diferentes iniciativas de expansão do financiamento de longo prazo no Brasil dos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.15, p.85-116, dez.2000.

RATTNER, Henrique (Coord.). Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, A.L dos. *Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise do final do século XX*. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

SERASA. As micro empresas por regiões geográficas- Disponível em <<http://www.serasa.com.br>>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

SEBRAE (2014a). “Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira”

SEBRAE (2014b): “Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa”.

SCHUMPETER, J. A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

STIGLITZ, J.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. *The American Economic Review*, v. 71, p. 393-410, 1981.

TASIC, I. A. B. Crédito às micro e pequenas empresas – assimetria de informações e a realidade brasileira. Prêmio Ipea 40 anos, Brasília, 2005.

TORRES FILHO, E.; PUGA, F.P. (2006) “Empresas apoiadas pelo BNDES geram mais emprego e pagam mais”. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_17.pdf>. Acesso em: 3 de abril de 2015.

VIAPIANA, C. (2001). “*Fatores de Sucesso e Fracasso da Micro e Pequena Empresa*”. In: ANAIS DO II EGEPE, Londrina, p. 505-525, Nov/2001.

VIEIRA, M.L. *A contribuição das micro e pequenas empresas para a redução da pobreza no Brasil*. 2007. Dissertação de Mestrado– Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2007